

## **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO TERRITÓRIO DO SISAL – BAHIA: O SERTÃO VAI VIRAR UM MAR DE LETRAS**

Eduardo José Fernandes **Nunes** – UNEB

Endereço institucional: Rua Silveira Martins, 2555, Campus Universitário, Cabula, Salvador – BA, CEP: 41150000.

Telefones: (71)9188-2780

Email: eduardo\_nns@yahoo.com

Titulação principal: Doutorado em Análise Geográfica Regional

Instituição: Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Cargo: Professor e Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade. Líder do Grupo de Pesquisa Teoria Social e Projeto Político-Pedagógico (TSPPP)

Marcos César Guimarães dos **Santos** – UNEB

### **Resumo**

Este artigo analisa a necessária transição, que há muito urge em realizar, para o mundo das letras, de uma parte da população do Território de Identidade do Sisal de forma participativa com a participação de diferentes movimentos sociais da sociedade civil. A pesquisa realizada pelo Observatório de Educação de Jovens e Adultos (OBEJA-TIS/UNEB/CAPES) em seis municípios localizados no sertão baiano levanta uma questão simbólica mais muito importante, como pode o sertão virar um mar de letras? Nossa hipótese principal é a de que só com a construção de uma rede que vise consolidar ações na Educação de Jovens e Adultos, através da Educação Popular e dos Movimentos Sociais voltados para o Desenvolvimento Local pode ser uma alternativa viável. O Território de Identidade do Sisal situado na região Nordeste do Estado da Bahia, analisado através de pesquisas quanti-qualitativas realizadas pelo observatório, apresenta as condições para a criação de novas formas de metodologias e de criação de espaços alternativos de ensino que extrapolem os muros escolares e suas combalidas estruturas de ensino. Para isso, as armas principais são as associações e movimentos alternativos que surgem nas últimas três décadas no Território de Identidade do Sisal.

**Palavras-chave:** Território do Sisal. Educação Popular. Movimentos Sociais. Desenvolvimento Local.

## **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO TERRITÓRIO DO SISAL – BAHIA: O SERTÃO VAI VIRAR UM MAR DE LETRAS**

### **Introdução**

O sertão nordestino palco de muitas histórias tem, contudo, na educação uma das mais tristes páginas para se contar. Desde as sedições mais graves como a fome, retratada de forma crua nas páginas dos diários ou na literatura desde o século XIX, em decorrência da impossibilidade de se obter água para beber e de alimento em certas épocas, soma-se a falta de escolas e de estímulo ao mundo das letras, tornando-se mais um dos grandes problemas a ser enfrentados pelos sertanejos mesmo que ainda muito tardiamente.

Neste trabalho iremos abordar os impasses históricos, sociológicos e econômicos que afetam a educação de jovens e adultos em seis municípios do semiárido baiano. Levantamento de pesquisa realizado pelo Observatório de Educação de Jovens e Adultos do território do sisal indica ausência de bibliotecas, laboratórios e mesmo de conforto dos espaços físicos como equipamentos essenciais para a formação de estudantes nesse território. Há na última década uma diminuição significativa de estudantes não alfabetizados, embora, ainda permaneçam percentuais altos.

Essa situação castiga gerações de jovens com a falta de trabalho e de perspectivas que possam alterar esse quadro. Economia e educação estão imbricadas intimamente onde, uma sem a outra, não oferece alternativas de transformação social. Alguns estudos apontam para a o papel do associativismo e participação como uma forma de manter sociedades em desenvolvimento (PUTNAM, 2006). Sociedades participativas concorrem para o aumento de oportunidades para as pessoas. Acreditamos com base em relatos e da própria história local que os processos de ajuda mútua, tais como, os mutirões ou adjutórios e os usos comuns de áreas foram sendo pouco a pouco sufocadas e extintas. Além disso, essas associações e cooperativas, clubes e outros projetos coletivos que envolvem manifestações culturais populares foram aos poucos desaparecendo e comprometeram por sua vez a formação dessa população.

O semiárido nordestino baiano é, sem dúvida, um desses territórios onde essa complexa realidade postula uma identidade em cada município, em cada povoado, identidades próprias, de resistências. O território do sisal, cultura que se instalou no nordeste da Bahia nos meados do século XX, foi outrora região habitada por indígenas de diferentes procedências.

Essa cultura resiste e ainda está presente nos caracteres físicos das pessoas, nos costumes e hábitos alimentares. Além de ainda resistirem alguns grupos, a exemplo, dos Tocós.

Historicamente além da ausência de escolas no campo, somavam-se as dificuldades em sobreviver com uma pequena propriedade ou do pouco trabalho semi-escravo nos latifúndios. Neste trabalho, examinaremos as condições do sistema da educação de jovens e adultos formal nas escolas públicas e o de construção de uma rede de informações dos movimentos sociais locais. Um dos nossos objetivos é procurar descobrir como se organizam e funcionam as redes sociais para a construção coletiva de conhecimentos e práticas inovadoras em diferentes contextos de aprendizagem nos novos cenários contemporâneos e sua relação com a EJA no Território de Identidade do Sisal (TIS).

A nova configuração socioespacial do sertão no território do sisal deve passar pela questão socioambiental, pela perda do patrimônio e pela precariedade do sistema educacional, além de outras questões relacionadas ao tema da educação de jovens e adultos com as questões de gênero, étnicas e da cultura popular.

Nesse trabalho a discussão das práticas educativas seja do sistema escolar oficial, seja dos movimentos sociais, envolvendo a relação entre educação, gestão e desenvolvimento local sustentável orientaram na construção de uma nova abordagem: como vem se formando a construção de uma rede de conhecimento de aprendizagens no Território do Sisal na Bahia? De que modo essa rede pode aproximar as práticas educativas dos movimentos sociais com o das escolas?

Uma análise histórica do sistema educacional no território do sisal apresenta algumas fragilidades no que diz respeito à infraestrutura física, gestão e formação de professores da EJA e, também, pouca participação nos movimentos sociais locais. Por outro lado, observa-se possibilidades de avanços com a participação de diversos movimentos sociais na formação de projetos políticos pedagógicos mais críticos e adaptados aos diferentes contextos-chave: EJA, Rede de Conhecimentos e Aprendizagem, Território do Sisal.

A trajetória histórica da EJA no território do sisal destaca a importância das redes de conhecimento na contemporaneidade articuladas às práticas socioeducativas para o desenvolvimento local no Território do Sisal.

Apesar dos avanços legais, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Estado da Bahia ainda é necessário estruturar melhor as experiências pedagógicas realizadas entre seus sujeitos docentes e discentes na rede. Indicadores educacionais de baixa alfabetização entre jovens com mais de 15 anos e a não-correlação entre idade e escolaridade revelam a necessidade de

ações políticas educacionais mais intensas, que visem desenvolver habilidades e competências básicas de jovens e adultos.

### **O contexto da pesquisa**

Os movimentos sociais do campo estão experimentando novas formas de colaboração e associativismo para fazer frente ao longo período em que viveram sem perspectivas de desenvolvimento local (NASCIMENTO, 2012, 2013). Os movimentos da economia solidária, do cooperativismo e da autogestão estão presentes no território do sisal e interagindo com os movimentos sociais, construindo federações de associações de produtores e, com o apoio das agências de fomento ao desenvolvimento social, nacionais e internacionais, estão se constituindo em alternativas sustentáveis para o desenvolvimento local.

Na Europa e, em particular, na Inglaterra, Vincent (2014, p. 539) assinala que “A escolarização inglesa antiga, assim como a do presente, elegeu praticamente um único método de alfabetizar”. Acrescenta ainda o autor, “Nos países mais desenvolvidos da Europa foram necessários cerca de cem anos desde a promulgação do sistema universal e compulsório da educação elementar até sua execução total.” (*ibidem*, p. 556). Conclui que “Não houve apenas um caminho para o letramento em massa na Europa do século XIX, como também não houve em países em desenvolvimento em um passado mais recente” (*ibidem*, p. 557). Segundo Beck, a Alemanha conseguiu já no século XIX combater o analfabetismo e a partir de então organizar o sistema educativo e o fortalecimento das universidades e centros de pesquisa.

A situação no Brasil, em pleno século XXI, ainda não foi resolvida, para as autoras Silva; Costa; Rosa (2011, p. 149), os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) mostram a “existência de um universo de 6.567.682 (32,7%) jovens e adultos analfabetos no meio rural brasileiro”, e assinalam a importância dessa dimensão da vida humana na formação de educadores/as relacionadas com o direito e com a “dimensão política da EJA e do campo (p. 156)

Essa preocupação desde seu início de analisar os diferentes modos de educação popular existentes no território e de ter um olhar diferenciado sobre a EJA é realizada através dos movimentos sociais locais. Concordamos assim com as seguintes afirmações:

A educação popular é compartilhada com sujeitos “dirigida a sujeitos, grupos e classes populares em suas comunidades de vida e trabalho e, cada vez mais, um assunto, um trabalho

e um sistema de que o povo participe como presença e, no limite, como poder” (BRANDÃO, 1998, p. 29), portanto se caracteriza como “uma entre outras práticas sociais cuja especificidade é lidar com o saber, com o conhecimento” (*ibidem*, 1998, p. 51).

Ainda se tratando de Educação Popular, Freire entende-a como um esforço formativo das classes populares de forma ampla e “que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito. Em primeira ‘definição’ eu a aprendo desse jeito. Há estreita relação entre escola e vida política”. (2005, p. 19)

A Educação Popular (EP) pensada por esse viés implica na presença da mobilização, agregação e exercício de poder pelo povo, diferentes do exercido pelas classes sociais mais abastadas. Nessa perspectiva, observa-se que (WERTHEIN, 1985)

Brandão (1998, p.6) explora “quatro diferentes sentidos da ‘educação popular’, são eles: 1) como a educação da comunidade primitiva anterior à divisão social do saber; 2) como a educação do ensino público; 3) como educação das classes populares; 4) como a educação da sociedade igualitária”.

No Brasil a Educação Popular (EP) surge com os primeiros sindicatos que criaram jornais próprios, escolas próprias e grupos teatrais; com os cantadores nas feiras e o cordel impresso. No final da década de 1940, essas ações voltam com mais intensidade, logo após a II guerra mundial. Nesse período, a EP era entendida como um processo educativo, de apreensão da cultura através de técnicas e conhecimentos de forma a reajustar os indivíduos (BEISIEGEL, 1989, p. 14).

Nas décadas seguintes, essas discussões, a nível internacional, ganham destaque e geram influências nas mudanças das políticas. As mudanças na economia, advindas de uma política neoliberal, trazem consigo a necessidade de uma mão de obra qualificada e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9394/96 determinava a obrigatoriedade da EJA, mantendo o ensino supletivo, como podemos observar a seguir.

Em relação à EJA, vários momentos históricos no Brasil foram importantes, tais como: 1947 - a Campanha de educação de adultos; em 1964 - a aprovação do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos; 1970 - a realização do Programa Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL); 1990 - a criação do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania; 1999 - a criação do ALFASOL- Alfabetização Solidária e, na Bahia, o Programa Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA Bahia) e o Programa Todos Pela Alfabetização (TOPA). É importante salientar o caráter inclusivo desses planos/programas, todos eles focados na garantia de direitos do cidadão a partir do ensinar e aprender a ler e escrever.

Embora tenham sido carregados de boas intenções, principalmente voltados para a “redução quantitativa dos índices do analfabetismo busca-se, ainda, pedagogicamente a garantia da qualidade do processo educativo” (LIMA, 2009, p.27). As políticas educacionais brasileiras foram tímidas e lentas em alguns períodos e rápidas em outros. Às vezes, os dois processos ocorriam simultaneamente.

### **As características socioambientais e culturais do Território de Identidade do Sisal**

De acordo com Freixo (2010), a “região sisaleira” foi, por muito tempo, em sua quase totalidade, constituída como o “sertão de Tocós”, nome atribuído ao lugar onde teriam vivido “índios ferozes”, nomeados por bandeirantes como “Tocós”, seja por seus hábitos, seja por sua aparência”. Essas terras transformadas em sesmarias e doadas a Guedes de Brito, tinha como objetivo expulsar os índios. Como se tratava de uma importante via de comunicação, essa medida era necessária (?) pois comunicava o recôncavo baiano. O quase total extermínio dos índios correspondia aos interesses da província, na medida em que aquela região se constituía numa importante via de comunicação “entre os sertões do São Francisco, Piauí e a capital da Bahia”. O desmembramento dessa sesmaria deu origem inúmeras fazendas para a criação de gado. Esse cenário das grandes fazendas de gado que pertenciam a poucas famílias, fazem surgir atores sociais que criaram história e passou a figurar no imaginário popular, acrescenta a autora “É comum em suas narrativas os mais velhos mencionarem figuras como o “gentio”, o “vaqueiro”, o “cativo” e o “fazendeiro”, como caricaturas do “tempo da fazenda”, como heranças dum tempo no qual reconhecem terem dominado relações sociais muito distintas das que hoje se reproduzem em seu lugar”.

A cultura do sisal que se instalou aos poucos em meados do século XX, na Bahia, criou uma nova cultura ao lado da do vaqueiro e da cultura do gado. As cidades que se formaram nesse território, Coité, Valente, Serrinha entre outras foram criando novas imagens agora voltadas para os produtos que o sisal poderia proporcionar. A cultura do sisal se sobrepôs à do gado e a sua produção expandida e voltado para o comércio internacional era utilizada para diversos fins: na produção de barbantes, cordas, cordões, cabos marítimos, entre outros. De acordo com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – Verde (2007, p.10), o Brasil é o maior produtor e exportador mundial de fibras e manufaturados de sisal, com aproximadamente 70% da exportação mundial, tendo como seus principais mercados os Estados Unidos, China e Portugal.

A *Agave sisalana* (nome científico), planta originária do México foi introduzida em 1903 nos municípios de Madre de Deus e Maragogipe no Recôncavo Baiano, provavelmente vinda da Flórida (EUA), através de um empresa norte-americana (VERDE, 2007). No entanto, só a partir da década de 1930 é que se inicia uma produção de mudas e campos de experimentação. Com a implantação de dois campos experimentais um em Feira de Santana e o outro em Nova Soure foram distribuídas mudas para a Bahia e Sergipe e o cultivo se expandiu para o atual território na década 1940.

Ainda de acordo com o estudo de caso realizado pelo IBAM, atualmente na Bahia, são 36 municípios produtores de sisal, cuja atividade envolve mais de 700 mil pessoas. O estudo informa que “o sisal, em determinadas regiões semiáridas de baixas aptidões, tem se tornado muito mais importante do ponto de vista social do que econômico” (VERDE, 2007, p.11). O município de Valente no território do sisal ficou conhecido como a capital do sisal, “vivenciando um período de trinta anos, de 1946 a 1976, de crescimento em função do apogeu da cultura do sisal, época em que foi construído o prédio da Prefeitura Municipal, um Aeroporto e realizadas obras de expansão e urbanização da cidade” (*Ibidem*, 2007, p.11).

Nas décadas de 1950 e 1960, houve um crescimento acentuado da fabricação artesanal de cordas em Valente. A criação de empregos dinamizou as cidades da região, promoveu a geração de renda e emprego para o município. Também de acordo com o relatório, a produção decaiu até desaparecer, com a substituição do fio natural de sisal pelos sintéticos (VERDE, 2007)<sup>1</sup>.

O Território de Identidade do Sisal historicamente foi sendo forjado pelas mãos dos criadores de gado e da pequena produção. Silva e Silva (2001, p. 7) assinalam que a economia do território do sisal “caracteriza-se por sua antiga base pecuária apoiada no latifúndio, pelo sisal, introduzido na Bahia no início do século XX, em médias e pequenas propriedades, e pela agricultura de subsistência, em minifúndios”<sup>2</sup>. Uma nova economia começou a se esboçar, mas à custa de muito sofrimento pelas condições de trabalho, pelas mutilações com o uso do motor para a produção da fibra do sisal, com a exploração do trabalho infantil e dos baixos salários auferidos pela coleta e venda da fibra do sisal.

Contudo, acrescentam ainda Silva e Silva (2001, p. 6) a região do sisal, no “Sertão semiárido da Bahia, começa a se transformar em 1980, de forma endógena, com a criação da

---

<sup>1</sup> VERDE, Maria Cristina Lima. **Estudo de caso:** desenvolvimento sustentável da região sisaleira: Valente-Bahia.

<sup>2</sup> SILVA, Silvio B. M.; SILVA, Bárbara-Christine N. . Reinventando o território: tradição e mudança na região do sisal-Bahia. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**

Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (APAEB)”, fortalecendo os laços de solidariedade entre os pequenos produtores.

O que se convencionou chamar Território de Identidade do Sisal - BA abrange uma área de 21.256,50 Km<sup>2</sup> e é composto por 20 municípios: Barrocas, Biritinga, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Tucano, Araci, Candéal, Cansanção, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Serrinha, Teofilândia e Valente. A população total do território é de 582.331 habitantes, dos quais 333.149 vivem na área rural, o que corresponde a 57,21% do total. A área possui 58.238 agricultores familiares, 2.482 famílias assentadas, 2 comunidades quilombolas e 1 terra indígena. Seu IDH médio é 0,60 o que reflete nas condições educacionais do território.

### **A prática e a gestão da EJA no território do Sisal: a pesquisa quanti-qualitativa**

Em 2013/2014, o OBEJA realizou uma pesquisa quanti-qualitativa, utilizando-se de diferentes instrumentos de pesquisa, como o questionário, o grupo focal para discutir as principais questões da EJA com professores e com estudantes, e a caravana da escuta no intuito de gravar o universo vocabular das pessoas dos diferentes povoados, nas feiras, nas roças, ouvindo relatos e histórias sobre a escola, a cultura, a vida social.

Em relação à pesquisa quantitativa, o objetivo foi analisar a situação da EJA no território do Sisal a partir das percepções dos agentes da EJA nos municípios da região. Os resultados da pesquisa estão sendo devolvidos para as secretarias municipais e a estadual; movimentos sociais; associações da sociedade civil, com os quais estamos envolvidos e também para os órgãos financiadores da pesquisa (CAPES, MEC, CNPQ). Além disso, essas informações ficarão disponíveis no site e no banco de dados do observatório para pesquisadores e interessados.

A pesquisa revela dados interessantes sobre a situação da EJA em diferentes temas da educação percebidos pelos estudantes, professores, gestores e coordenadores a respeito das condições materiais e intelectuais da EJA. Essa análise, agregada às metodologias qualitativas, como as técnicas de grupo focal, a caravana da escuta e observação in loco do funcionamento em visitas às escolas irão subsidiar análises sobre as práticas da EJA e proporcionar ações de Educação Popular para o desenvolvimento local.

Em nossa pesquisa realizada em 2013 foram aplicados questionários com estudantes, professores, coordenadores e gestores da EJA nos seis municípios envolvidos com o propósito de traçarmos o perfil dos professores e alunos da EJA no Território de Identidade do Sisal. A



pesquisa foi realizada em 41 escolas, envolvendo 575 estudantes da EJA, 63 docentes, 07 coordenadores de EJA e 44 gestores. A escolha das escolas, assim como os professores, foi feita a partir de uma mostra aleatória, tendo como critério, serem unidades escolares que possuíssem classes de EJA e professores que atuassem nestas turmas. Foi aplicado um total de 65 questionários em escolas da rede pública estadual e municipal. Como fonte de dados para a construção da amostra de pesquisa utilizamos as informações do último censo escolar de 2012, disponibilizado no site do INEP e as informações disponibilizadas pelas prefeituras dos municípios participantes da pesquisa.

Os estudantes da EJA pesquisados apresentaram uma grande concentração na idade adulta, acima de 29 anos até os 46 anos são, aproximadamente, 58%, além disso, apresenta-se também um percentual elevado para os estudantes acima de 47 anos, cerca de 20%. Somados ambos os percentuais chega-se a 78% da amostra pesquisada. Por um lado, apesar do grande número de pessoas adultas, podemos presumir que os mais jovens estariam permanecendo mais tempo na escola?

Este encontro geracional traz consigo tensões e expectativas que necessitam ser mediadas tanto pelas escolas, quanto pelos educadores, para que estes sujeitos da EJA possam reconstruir sua imagem da escola, do seu processo de aprendizagem e de si mesmos.

Essa diversidade etária que compõe atualmente as classes de EJA deve ser vistas como uma oportunidade dos educadores promoverem a partir da heterogeneidade das turmas ações de enfrentamento das diferenças geracionais, a fim de promover o estímulo para a continuidade dos estudos e a dedicação a eles, pois jovens e adultos possuem percepções distintas sobre o papel da escola em suas vidas.

Em relação à participação nos movimentos sociais, a pesquisa revelou que os estudantes entrevistados participam pouco nos movimentos sociais locais, apenas 18% contra 82% que não participam, além disso, uma parcela significativa de estudantes informaram desconhecerem se os movimentos sociais participam de atividades na escola. Por outro lado, na opinião dos gestores, há participação da comunidade nas atividades da escola 86% confirmaram essa tendência e também a maioria assinala que a escola participa das atividades realizadas por outras instituições da comunidade. Na visão dos professores entrevistados em percentuais mais também da participação da comunidade nos eventos da escola (61%).

A história dos movimentos sociais no território do sisal é antiga, nos remete desde as andanças de Antonio Conselheiro, dos cangaceiros e dos revoltosos da coluna prestes, com o surgimento dos novos movimentos sociais, sobretudo, os de luta pela terra, o território ampliou bastante a participação desses movimentos no território, além disso, desde 1990 com

a influência do Movimento de Organização Comunitária (MOC) foi criada a associação dos pequenos agricultores do Estado da Bahia (APAEB), uma associação de pequenos produtores de sisal que se cooperaram para enfrentar as grandes empresas que se instalaram na região desde os anos 1960. Esse movimento criou novas relações sociais no campo e na cidade, sendo disseminadas as concepções de desenvolvimento local sustentável, economia solidária e autogestão.

O movimento dos sem terra Nova Palmares por sua vez vem desempenhando uma ação proativa na agricultura familiar, na formação de uma nova consciência social. Além desses, o Fórum EJA do Sisal vem articulando com outros movimentos e outros projetos como o Obeja na discussão de políticas para os estudantes jovens e adultos do território.

Os movimentos sociais locais e de ações regionais como foi o caso do MOC, contribuíram enormemente com estratégias formativas para esses pequenos produtores de sisal, fortalecendo as organizações locais e através de ajudas internacionais investiram em máquinas próprias. A partir da criação da APAEBA o território deu um salto de qualidade, atuando de forma cooperativa entre associações, conseguiram fundar um supermercado, um banco, um centro cultural e uma escola agrícola. Além do próprio MOC, pode-se destacar a formação de uma rede importante que já atuam como redes de conhecimentos e formação desses grupos sociais: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (**STRs**); Associação dos Pequenos Agricultores da Bahia (**APAEB**); Movimento de Organização Comunitária (**MOC**); Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira (**CODES SISAL**); Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal (**FATRES**); Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão (**COOPERAFIS**); Cooperativa de Produção dos Jovens da Região do Sisal (**COOPERJOVENS**); Escolas Familiares Agrícolas do Semiárido (**AFA**); Associação de rádio e televisão comunitárias do Território do Sisal (**ABRAÇO - Sisal**); Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia (**ARCO SERTÃO**); Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (**ASCOOB**); Cooperativa de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico da Região Sisaleira (**COODETER**); Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (**MMTR**); Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas.

Outro aspecto importante da dinâmica do território foi o surgimento da UNEB em Serrinha e Conceição do Coité e a criação do Fórum EJA do território do sisal. O OBEJA do território do sisal surge desses caminhos e também de dentro do Programa de Pós-Graduação

em Educação da UNEB com o TSPPP e com núcleos nos campi da UNEB de Conceição do Coité e do município de Serrinha.

Dos professores do segmento da EJA nos seis municípios do território do Sisal a forte presença de mulheres nas classes de EJA, representando cerca de 73% dos professores. A presença majoritária de mulheres, é uma característica histórica da educação brasileira, eram elas as responsáveis pelo ensino das primeiras letras no Brasil colônia, na atualidade são a maioria nos cursos de pedagogia e licenciaturas nas universidades do Estado da Bahia, conforme aponta o censo da Educação Superior de 2010.

A grande maioria desses professores está na faixa etária 29 a 33 anos e de 39 a 43 anos. Somando-se as duas variáveis perfaz um total 42% do quantitativo. Sobre o grau de escolaridade dos professores, 90% possui nível superior completo, sendo que 36% tem formação na área de pedagogia, os demais 56% dos professores são formados em outras áreas de licenciatura, sendo que 40% deste concentram-se nas áreas de humanas e letras, revelando a carência de professores nas áreas de ciências exatas. Outro fator de destaque é que cerca de 10% dos professores que atuam na EJA ainda não possuem nível superior nem formação específica para atuarem na educação.

Os dados revelam que quase 80% dos professores não têm formação em EJA, alguns em geral, são designados para essas classes como complemento de carga horária, o que por certo não pode estimulá-lo a preparar aulas mais direcionadas a essa modalidade de ensino.

Um dado que chama a atenção, é o de que 60% dos professores da EJA atuam em mais de uma escola. Essa situação promove com certeza um desgaste do professor que precisa dar conta de sua carga horárias em várias escolas e em diferentes séries, vindo a prejudicar a sua atuação como docente.

Uma coisa fica evidente que a grande maioria dos professores têm poucos anos nessa modalidade, se agruparmos as faixas de 1 a 3 anos e de 4 a 6 anos de docência perfazem um total de mais de 50% dos professores.

Os dados preliminares aqui apresentados indicam inicialmente que a Educação de Jovens e Adultos ainda é vista como uma complementação da carga horária do professor, um espaço de reprodução de práticas antagônicas aos sujeitos da EJA. Apesar dos significativos avanços na última década em relação à educação e, especial a EJA, a mesma ainda carece de maior atenção e investimento do poder público. É necessário ainda o seu reconhecimento enquanto importante vetor de desenvolvimento econômico e social.

Em relação ao perfil dos estudantes aos dados coletados, mediante a aplicação do questionário no Território de Identidade do Sisal, o estudo aponta que a maioria dos alunos pesquisados possui de 15 a 17 anos. Em segundo lugar aparecem os que têm entre 18 a 23 anos. Desse modo, inferimos que a maioria dos sujeitos da EJA é jovem, o que nos orienta a entendermos de que na formação em EJA deva ser observada a natureza juvenil dos estudantes.

Em relação ao quantitativo e percentual de estudantes trabalhadores, podemos afirmar que o quantitativo de estudantes do sexo masculino é bem superior ao do sexo feminino. Dos estudantes pesquisados pelo OBEJA alguns deixaram a escola por um período e depois retornaram, porém a maioria deles nunca interrompeu.

Em relação aos professores da EJA no Território do Sisal é a falta de formação e atualização das práticas pedagógicas, somadas as dificuldades do uso de equipamentos e infraestruturas escolar, a melhoria do aprendizado e da conscientização política dos alunos, às vezes, mais do que as dos professores.

### **O grupo focal e a Caravana da Escuta: caminhos para uma educação popular**

Tanto o grupo focal e a caravana da escuta são metodologias utilizadas para compreensão das principais questões da EJA e, através dela, produzir conhecimentos e informações que possam utilizar os movimentos sociais na formação dos seus integrantes através da Educação Popular.

Os Grupos Focais foram realizados em quatro encontros. Um deles na Escola João Paulo e os demais na UNEB, *Campus XVI*, situados na Cidade de Conceição de Coité – Bahia, com dois grupos distintos: um de alunos e outro de professores.

Os dois grandes temas discutidos, em aproximadamente duas horas por encontro, foram os seguintes: práxis pedagógica e sujeitos da EJA e Relação escola/comunidade e família. Os encontros foram gravados em vídeo e áudio, mediante autorização escrita (cessão de uso) por parte dos depoentes.

No primeiro tema, os assuntos abordados foram: evasão nas classes da EJA; infraestrutura e insumos da escola; prática pedagógica dos professores da EJA; formação de professor; o papel da escola na formação do cidadão/aluno; perfil sociocultural e educacional dos sujeitos da EJA. No segundo tema, os tópicos em pauta foram: aspectos culturais, sociais, econômicos e religiosos da escola, da família e da comunidade.

No decorrer das reuniões do grupo focal, os professores foram questionados quanto à infraestrutura necessária para a prática pedagógica na EJA. Um dos professores participantes falou sobre a ausência de livros didáticos e afirmou “também“ que a escola, tem quadro, piloto “mas alguns equipamentos estão faltando, mas entrou agora um novo diretor, ele é muito esforçado, ele está procurando ajeitar o que falta na escola” (PROFESSOR 1).

Outro Professor afirmou que a sua escola possui livros, data show, pilotos, mesas, quadro, porém ao reclamar da falta de formação do professor da EJA e do desinteresse dos alunos, assinalava, que “eles são sem perspectiva de nada, a maioria” (PROFESSOR 2).

O Professor 03 reclama da qualidade do livro didático e por essa razão utiliza outros procedimentos didáticos, tais como: pesquisa na biblioteca e exibição de vídeo. Ao perceber que o grupo estava desestimulado desenvolveu, uma vez por mês, a sexta-feira cultural, para apresentação artística dos alunos. Ele aconselhou os colegas professoras afirmando que: “A gente precisa estimular os alunos a frequentarem a biblioteca a perceberem que o mundo não é aquele mudinho de sala de aula não” (PROFESSOR 3).

O Professor 04 reclamou da ausência de uma coordenação pedagógica específica para a EJA e o professor 05 da necessidade de um monitor de informática para manutenção e orientação no uso dos equipamentos tecnológicos e informou que em sua escola “a infraestrutura esta passando por uns ajustes agora, construção de sala, aquisição mobiliária” (PROFESSOR 4).

Fazendo uma análise da fala dos professores e das nossas observações in loco percebemos, em algumas escolas, a ausência de livros, de formação de professores, de coordenação pedagógica e de manutenção dos equipamentos eletrônicos. Apenas o Professor 02 afirmou ter o suficiente para condução da sua prática docente na EJA.

Os estudantes também colocaram suas preocupações algumas muito próximas às dos professores. Durante a realização do Grupo Focal, quanto à infraestrutura das Escolas, essencial para os estudos na EJA: uma estudante assegura que sua escola apresenta problemas de ventilação e iluminação das salas de aula, como também da precariedade das carteiras e garante: “se a gente tivesse melhoras, melhor ainda para o aluno ter mais um conforto e não desistir da escola” (ESTUDANTE 01).

Outra estudante reclama sobre a precariedade dos quadros das carteiras, da iluminação e da ventilação e elogia a presença de laboratório de informática e das câmeras de segurança. A estudante diz que sua escola “precisa de ventilador, de quadro, de carteiras, de mesa principalmente, de várias coisas” (ESTUDANTE 4).

Em relação à infraestrutura das escolas, os estudantes enfatizam a precariedade da ventilação, dos quadros, e, principalmente, das carteiras. Uma estudante chama atenção sobre a importância do conforto para a permanência nas salas de aula da EJA. Essas percepções dos professores e alunos sobre a EJA no território indicam uma clara mudança na infraestrutura de ensino e na formação dos professores.

Outra ação desenvolvida pelo OBEJA - a Caravana da Escuta - cujo objetivo foi a de realizar um levantamento do universo vocabular no território do sisal nos seis municípios envolvidos na pesquisa sobre a EJA. Foram realizadas três (03) caravanas pelos municípios estudados. Os meios utilizados pela equipe de campo composta pelos bolsistas do observatório dos campi da UNEB de Salvador, Coité e Serrinha para o registro desses depoimentos foram feitos através de vídeos documentais, fotografias, cartografias e textos redigidos por moradores da zona rural e urbana desses municípios durante a passagem da caravana pelos mesmos.

Esses relatos ricos de experiências mostram o trabalho coletivo realizado por eles com a “bata do feijão” e suas cantigas e casos engraçados. Mostra a dificuldade de se conseguir conciliar a atividade no campo e a atividade na escola, apresenta também experiências ricas de senhoras dedicadas ao cuidado das pessoas através de rezas e plantas medicinais locais.

As viagens pelo interior dos municípios conduziram-nos ao ambiente das feiras-livres, encontramos feirantes com nível universitário e com pós-graduação ao lado de crianças manejando um carrinho de mão transportando as compras das pessoas por uns trocados em vez de estarem divertindo-se ou estudando.

A caravana da escuta nos apresentou diversos personagens, ricos de histórias e de experiências emocionantes de sobrevivência e de vida. A paisagem e o belo cenário nos envolveram para além das salas de aula e escolas do território, assim como a escuta atenta dos homens e mulheres por onde passamos deixaram os sinais impressos em nossa memória. Essas impressões poderão nos conduzir a pensarmos novos caminhos para a formação dos jovens e adultos do território do sisal.

## **6 – A educação dos movimentos e das organizações sociais no território do sisal**

A história dos movimentos sociais no território do sisal começa a mudar a partir dos anos 1960 com o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), com o Movimento de Organização Comunitária (MOC) em 1967 e o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF) em 1969.

Ela está sendo reescrita nesses últimos anos, com uma série de movimentos e organizações sociais que estão surgindo e modificando o quadro social e cultural do território, a exemplo, da Associação de Desenvolvimento Solidário e Sustentável da Região Sisaleira (APAEB) criada em 1980; O assentamento Nova Palmares (1998); com uma abrangência regional o Núcleo de Educação Popular do Sertão da Bahia (NEPSBA) atua em todos os Estados do Nordeste; Associação Cultural e Beneficente *Revolution Reggae* de (2003), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR).

De acordo com as pesquisas realizadas por Farias (2014), o Núcleo de Educação Popular do Sertão da Bahia (NEPSBA) envolve a “articulação de educadores e educadoras comprometidos com as lutas dos movimentos sociais populares que intervêm no Nordeste brasileiro”, com a finalidade “de ampliar as possibilidades de ação e inter-relação entre eles criou a Rede de Educadores Populares do Nordeste” (*Ibidem*, 2014, p. 58). O NEPSBA, na Bahia, atua no Território de Identidade do Sisal e Jacuípe. “Em cada estado há um núcleo, organizado diferenciadamente, de acordo com a realidade local e uma coordenação estadual, encarregada de dinamizar e multiplicar a ação formativa, na capital e, em alguns estados, no interior” (FARIA, 2014, p. 59).

Em 2008, foi implantado o Fórum Regional de EJA do Território do Sisal, no Departamento de Educação – Campus XIV da Universidade do Estado da Bahia- UNEB, em Conceição do Coité. Participam desse fórum os representantes dos municípios de Conceição do Coité; Santa-Luz; São Domingos; Serrinha; Quijingue; Valente; Ichu; Retilândia; Queimadas; Nordestina e Salvador com a presença dos movimentos sociais, poder público, educandos e educadores da EJA.

Esses movimentos e organizações da sociedade civil, alguns com mais de 40 anos de existência, são atuantes e se atuarem de forma conjunta como alguns vão fazendo, poderão realizar um trabalho de educação popular ainda mais consistente com os jovens e adultos do território do sisal.

### **Conclusões**

Como transitar até esse mar de letras no sertão baiano e, em particular, no território do sisal? O período de dois anos de pesquisa e convivência com o território deu para perceber uma ansiedade de mudança e de transformação dessa situação, na rede de professores e gestores do sistema educacional estadual e municipal local em que pese todas as dificuldades encontradas para se realizar um bom trabalho; o vigor e perseverança dos professores educadores populares no convívio diário com esse povo.

A criação de uma rede de sistemas de informações/acompanhamento e monitoramento da Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA no sistema de Ensino Estadual e Municipais do Território de Identidade do Sisal e o desenvolvimento de uma metodologia que futuramente possa ser replicada em contextos territoriais mais amplos, como em todo o território do sisal, que sejam capazes de gerar conhecimentos apreensíveis e que possam ser utilizados pelos movimentos sociais locais, tornou-se o principal desafio do OBEJA no anos de 2013-2015.

Acreditamos que na ação do cotidiano dos diferentes setores sociais do território do sisal, as ações poderão ir se ajustando caso as redes possam manter uma dinâmica comunicação e maior integração entre diferentes setores, por exemplo, a relação entre educação e as estradas que comunicam com outros lugares, ou então, a relação entre educação e a arquitetura, ou então, a educação com a cultura local.

Como resultados esperados não só a criação de uma Base de dados sobre EJA; mas, sobretudo, uma proposta curricular contextualizada para EJA e a análise da aplicação das políticas públicas em EJA no território. O OBEJA colaborando com a rede de conhecimentos existentes, com uma concepção teórica e prática libertadora e libertária concreta na educação antevê novos cenários em diferentes contextos sociais, na casa, locais de trabalho, associações e movimentos sociais, museus e escolas. Em qualquer lugar é o momento para trabalharmos com jovens e adultos na perspectiva da educação continuada, mas que sejam formadoras de novas sociabilidades.

A precária escolarização, principalmente, nas escolas públicas não provoca tensões apenas do ponto de vista material é também do ponto de vista intelectual, da formação precária da sociedade em termos de qualidade de vida.

A realização de um diagnóstico da gestão social e da qualidade de ensino em EJA nos sistemas municipais estudados traz uma demanda importante para o desenvolvimento local da região e para as ações em EJA no território de Identidade do Sisal. Trabalhar de forma interdisciplinar e Intersetorial na EJA, especialmente com o Fórum Regional de EJA do Sisal, com os assentamentos rurais e com a agricultura familiar e outros movimentos e organizações sociais locais, pode ser uma das alternativas propostas para o fortalecimento de uma rede de conhecimento em diversas áreas para os jovens e adultos, na tentativa de unir os três eixos: Educação, Desenvolvimento Local e Sustentabilidade, com intercâmbios e formação de redes com outros observatórios, bibliotecas, museus, associações, cooperativas.

A dinâmica socioambiental do território irá proporcionar levantamentos e pesquisas contextualizadas, e o investimento em educação e na rede de equipamentos culturais pode



favorecer o desenvolvimento local; As novas estratégias de aprendizagem para jovens e adultos devem prever variados contextos socioculturais, seguindo a máxima: ninguém ensina a ninguém, aprendemos juntos. O que pensamos como ponto de partida metodológico é que a sociedade é que se auto-educa, assim como funcionavam as aldeias indígenas. Pode-se argumentar que é bonito em pequenas comunidades mas, como fazer para funcionar também para um batalhão de jovens, em larga escala? Os princípios são os mesmos, o que modifica são os mecanismos de transmissão. As novas tecnologias e as Redes Sociais são uns bons exemplos disso, facilmente assimiláveis por todos, têm em seu interior um conhecimento sofisticado, mas são super simples de manusear, talvez similares se compararmos ao tambor ou ao arco e flecha.

De algum modo e, em diferentes perspectivas, entendemos como historicamente a falta da escrita e da leitura trouxe amarrados aos grupos dominantes das áreas rurais do campo nordestino todas as classes de ex-escravos, pequenos camponeses, trabalhadores rurais conduzindo-os violentamente a uma desescolarização forçada, isto é, foram impedidos de estudarem não só pela via jurídica, mas pelas vias de fato, ou seja, não formando seus professores, não construindo prédios escolares ou construindo-os de forma precária, sobretudo, nas áreas rurais, nos pequenos povoados e, até mesmo, em aglomerações urbanas de pequeno porte.

Essa situação perdurou por muito mais tempo no nordeste brasileiro e, principalmente, na região do sertão nordestino, não fugindo à regra o território do sisal mais do que em outras regiões do país. É, sobretudo, através da ausência de educação nos rincões do sertão baiano, nas proximidades da revoltosa Canudos, que os índices de escolarização estão mais críticos do que em outras regiões do país, como sul e o sudeste e mesmo na Bahia.

Uma forma de dominação de classe e de uma elite intelectual que impedia as demais de se escolarizarem foi instaurada em grande parte do território baiano, uma espécie de colonialismo interno, endógeno, penetra na imaginação das pessoas pobres que acreditavam que a escola não era para eles e que sua caneta era o cabo da enxada.

Nos últimos anos, efetivamente vem sendo feitos esforços importantes na educação no campo através dos movimentos sociais e organizações e vemos o papel da universidade pública também importante na formação de docentes e discentes voltados para essa área. Com essa experiência em campo da equipe de pesquisadores do Obeja poderemos seguir juntos trilhas alternativas e conhecer o mundo dos signos e sinais comunicacionais que conduzem a EJA no território do Sisal.

## REFERÊNCIAS

- BEISIEGEL, C. de R. **Política e Educação Popular**: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Ática, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação Popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.
- FARIA, Edite Maria da Silva de. **A luta social ensina**: o direito à educação na vida de mulheres e homens sisaleiros - assentamento nova palmars – Conceição do Coité – Bahia. 2014. 208 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação e Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2014.
- FERRARI, Alceu Ravello. Utilização das estatísticas educacionais dos censos demográficos e dos registros escolares: uma tipologia de análises. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRS, v. 4, n. 2, p. 253-266, jul./set. 1979.
- FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Teoria e Prática em Educação Popular**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- FREIXO, Alessandra Alexandre. Do sertão dos Tocós ao Território do Sisal: rumo à invenção de uma região e uma vocação. **Revista Geografares**, nº 8, 2010. Disponível: <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1287/969>. Acesso: 21/03/2015.
- GATTI, Bernardete. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr., 2004.
- LIMA, Adriana dos Santos Marmori. **Programa TOPA/UNEB**: Formação de alfabetizadores e perspectiva para a inclusão sociodigital dos jovens e adultos da Bahia. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação e Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.
- NASCIMENTO, A. D. . Educação do Campo: da Triste Partida à Volta da Asa Branca. In: Antônio Dias Nascimento; Rosana Mara Rodrigues Chaves; Maria Dorath Bento Sodré. (Org.). **Educação do Campo e Contemporaneidade**. 1ed. Salvador: EDUFBA - Editora da Universidade Federal da Bahia, 2013, v. 1, p. 37-50.
- NASCIMENTO, A. D. . Movimentos Sociais do Campo no Brasil e sua relação com a Educação e o Desenvolvimento Local Sustentável. Algumas notas. Paolo Orefice. (Org.). **Educação, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Local**. Reflexões Contemporâneas. 1ed. Salvador: EDUFBA - Editora da Universidade Federal da Bahia, 2012, v. 1, p. 52-67.
- SILVA, Lourdes Helena; COSTA, Vânia Aparecida; ROSA, Walquiria Miranda. A educação de jovens e adultos em áreas de reforma agrária: desafios da formação de educadores do campo. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n.14, 2011 p. 149 – 166.
- SILVA, Silvio B. M.; SILVA, Bárbara-Christine N. . Reinventando o território: tradição e mudança na região do sisal-Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico**: Salvador. ano III, n.5, 2001. Disponível: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/612/453> . Acesso: 10 nov.2014.

VERDE, Maria Cristina Lima. **Estudo de caso:** desenvolvimento sustentável da região sisaleira: Valente-Bahia. Rio de Janeiro: IBAM, 2007. Disponível: <http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/estudoapaeb.pdf>. Acesso: 05 dez. 2014.

VINCENT, David. Alfabetização e Desenvolvimento. **Revista Brasileira de Educação**. v. 19, n. 58, 2014. p. 539 – 560.

WERTHEIN, J. (org.) **Educação de Adultos na América Latina**. Campinas (SP): Papirus, 1985.